

Outros Tempos, vol. 17, n. 29, 2020, p. 100 - 114. ISSN: 1808-8031

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v17i29.773>

MULHERES PORTUGUESAS NO PARÁ: números, perfis, redes sociais e visibilidade (1834-1930)¹

PORTUGUESE WOMEN IN PARÁ: numbers, profiles, social networks and visibility (1834-1930)

MUJERES PORTUGUESAS EN PARÁ: números, perfiles, redes sociales y visibilidad (1834-1930)

CRISTINA DONZA CANCELA
UFPA/Doutora
Belém, Pará, Brasil
donza6@gmail.com

Resumo: O artigo analisa a imigração de mulheres portuguesas para o estado do Pará entre a primeira metade do século XIX e início do XX, observando o fluxo dessa migração, a reemigração, o perfil relativo à idade, estado civil e origem, bem como as redes sociais acionadas por aquelas que migravam. O trabalho evidencia o aumento da presença feminina no fluxo migratório nas primeiras três décadas do século XX, marcado por mulheres jovens e solteiras vindas do norte português, trabalhando como criadas, por vezes, seguindo os passos dados por um parente. Para a realização do trabalho foram levantados os registros de passaporte e as habilitações consulares.

Palavras-chave: Imigração Portuguesa. Mulheres. Pará.

Abstract: The article analyzes the immigration of Portuguese women to state of Pará between the first half of nineteenth century and the beginning of the twentieth century observing the flow of this migration, the reemigration, the age profile, marital status and origin, as well as the social networks. The work evidences the increase in the female presence in the migratory flow in the first three decades of the twentieth century, marked by young and single women from the Portuguese North, working as maids following the steps given by a relative. The documents used for the analysis were Passport records and the Consular Habilitations.

Keywords: Portuguese immigration. Women. Pará.

Resumen: El artículo analiza la inmigración de mujeres portuguesas al estado de Pará entre la primera mitad del siglo XIX y principios del XX, y observa el flujo de esta migración, la reemigración, el perfil de edad, estado civil y origen, así como las redes sociales provocadas por quienes migraron. El trabajo muestra el aumento de la presencia femenina en el flujo migratorio en las primeras tres décadas del siglo XX, marcado por mujeres jóvenes y solteras que vinieron del norte de Portugal y trabajaban como sirvientas, a veces, siguiendo los pasos dados por un pariente. Para llevar a cabo el trabajo, se encuestaron los registros de pasaportes y las calificaciones consulares.

Palabras clave: Inmigración Portuguesa. Mujeres. Pará.

¹ Artigo submetido à avaliação em junho de 2019 e aprovado para publicação em dezembro de 2019.

Os estudos clássicos de migração partem do pressuposto de que o processo migratório está pautado na decisão racional de um agente perante sua condição estrutural/conjuntural e de seu grupo, aliada às informações e contatos mantidos com a sociedade de destino, reforçando uma abordagem muito pautada na economia e na perspectiva do *push-pull*². As análises sociológicas vão minimizar a perspectiva do agente racional atomizado procurando objetivos econômicos, e evidenciar as relações pessoais, a confiança e as expectativas, associando, desta forma, racionalidade instrumental e orientação normativa, com afetividade, solidariedade, sociabilidade e tradição. Muitas vezes, esses estudos sociológicos ganham abordagem biográfica observando o curso da vida do sujeito, sua trajetória e mobilidade social. Relacionam a perspectiva individual à coletiva, pautada na família ampliada, no grupo mais amplo de parentesco e conterraneidade. Estas relações permeiam a decisão de migrar, o momento do deslocamento e o local de fixação. Conformam redes migratórias que constituem um capital social tão fundamental à migração quanto às políticas oficiais e as flutuações da economia, possibilitando a manutenção do fluxo migratório ao longo dos anos³.

Desse modo, a proposta deste artigo é apresentar os aspectos estruturais da sociedade de origem e de destino que potencializaram a migração de mulheres portuguesas, analisando os números e o perfil desses indivíduos e, ao mesmo tempo, levar em conta as redes sociais e familiares que essas mulheres acionavam⁴, bem como a perspectiva de gênero que permeia as práticas e representações sociais acerca da mulher imigrante. Com isso, procuro estabelecer o diálogo entre as questões econômicas e políticas mais amplas com a agência dos sujeitos, as vivências marcadas pelas distintas posições na estrutura social pautada pelas assimetrias de gênero⁵.

A imigração portuguesa para o Pará

² PEIXOTO, João. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. *SOCIUS*: Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, n. 11, 2004.

³ BERTRAND, Michel. De la familia a la rede de sociabilidade. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 61, n. 2, p. 107-135, abr./jun. 1999.

⁴ BERTRAND, Michel; LEMERCIER, Claire. Introducción: ¿en qué punto se encuentra el análisis de redes en Historia?. *REDES*: Revista hispana para el análisis de redes sociales, v. 21, n. 1, p.1-12, dic. 2011.

⁵ IMÍZCOZ. José Maria. Actores, redes, processos: reflexiones para uma historia más global. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, série 3, v. 5, p. 115-140, 2004.

Outros Tempos, vol. 17, n. 29, 2020, p. 100 - 114. ISSN: 1808-8031

O fluxo migratório português para o Pará intensifica-se na segunda metade do século XIX, como ocorreu para o restante do país em função da migração em massa responsável pelo deslocamento intenso de população da Europa para a América. Esse processo está relacionado às dificuldades da conjuntura portuguesa, marcada pelo limite de terra, e a necessidade de sua distribuição entre os inúmeros membros de uma família, o que fazia com que aqueles que não herdavam este bem precisassem procurar outras alternativas de sustento; destaca-se também o crescimento demográfico, as mudanças capitalistas na produção, que alteraram as relações de trabalho no campo, na pesca e no artesanato, provocando o deslocamento em busca de renda de trabalhadores desempregados ou subempregados em função das novas técnicas de produção.

Para o Brasil vai seguir as maiores levas de imigrantes portugueses, e o Pará tornou-se um dos principais destinos à medida que a economia da borracha consolidava-se no mercado internacional, atraindo negócios, capitais, movimento a economia e ampliando a renda dos governos. Mudanças relacionadas aos serviços de comunicação, transporte e propaganda, ganharam volume nesse período⁶. Some-se a isto, a política normativa atualizada pela propaganda do governo paraense voltada para o incentivo à imigração, e os agentes de viagem que articulavam a documentação e a vinda desses imigrantes⁷.

Às mudanças estruturais acima pontuadas associam-se acontecimentos conjunturais como a primeira guerra mundial (1914-1918), ou mesmo, a epidemia do cólera (1855 a 1857)⁸. Esses fenômenos aumentaram a imigração portuguesa não apenas para o Pará, mas também para outras localidades brasileiras⁹. É importante salientar que, ao final do século XIX, o Pará torna-se o segundo destino mais procurado pelos imigrantes lusos, atrás apenas do Rio de Janeiro¹⁰.

⁶ Sobre a urbanização da cidade de Belém no período Cf: CANCELA, Cristina Donza. Uma cidade... muitas cidades: Belém na economia da borracha. In: BELTRÃO, Jane; VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. *Conheça Belém, comemore o Pará: fronteiras impertinentes*. Belém: Editora da UFPA, 2008. Ou ainda: SARGES, Maria de Nazaré. *Riquezas produzindo a Belle Époque*. Belém: Pakatatu, 2002.

⁷ FONTES, Edilza. *Preferem-se portugues(as): trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. 2002. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Campinas, Campinas, 2002.

⁸ ALMEIDA, Maria Antônia Pires de. As epidemias nas notícias em Portugal: Cólera, peste, tifo, gripe e varíola (1854-1980). *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 21, n.1, p.687-708, abr./jun. 2014. Ou ainda, ALVES, Jorge Fernandes. Emigração e sanitarismo: Porto e Brasil no século XIX. *Ler história*, n. 48, p. 141-156, 2005.

⁹ ALVES. *Emigração...* op. cit.

¹⁰ CANCELA, Cristina Donza. O Pará nos jornais do Porto: entre anúncios, economia, exotismo e outras ambiguidades. *Revista territórios e Fronteiras*, v. 12, n. 1, p.338-358, 2019.

Outros Tempos, vol. 17, n. 29, 2020, p. 100 - 114. ISSN: 1808-8031

Paralelamente a esses acontecimentos políticos e econômicos, destaca-se a forma capilar de construção das redes sociais que os imigrantes teciam entre o Pará e Portugal. As relações formadas em meio a conhecidos, conterrâneos e parentes viabilizavam e minimizavam as incertezas do deslocamento e, ao mesmo tempo, mantinham o fluxo de informações sobre o local de destino para os sujeitos. Como nos lembra Truzzi sobre a abrangência das redes: “Há redes circunscritas a círculos familiares, há outras mais extensas que perpassam informações a toda uma aldeia, e aquelas ainda maiores, que exercem impacto sobre toda uma microrregião”¹¹. As redes enquanto contextos sociais de referência podiam ser atualizadas, portanto, de diversas formas, como veremos ao final do artigo. Mas, quantas e qual o perfil das mulheres que migraram para o Pará ao longo do século XIX e início do XX? É o que se verá a seguir a partir da emissão dos passaportes das duas principais cidades portuguesas, Lisboa e Porto. É importante destacar que o desenvolvimento econômico, a força política e o desenvolvimento das vias de comunicação interna fizeram dessas duas cidades litorâneas polo de atração das populações originárias das freguesias do centro e do interior do território português¹². Portanto, não era incomum a decisão de migrar para o Brasil ocorrer após várias etapas de deslocamento dos indivíduos dentro do próprio território português, ocorrendo o que Alves denominou “um processo crescente de litoralização da sociedade portuguesa.”¹³

Número e Perfil das mulheres: Lisboa e Porto

Em trabalho sobre a imigração portuguesa para o Pará, entre os anos de 1886 a 1900, João dos Santos Ramalho Cosme, levantou um total de 991 pedidos de passaporte, sendo destes apenas 209 referentes a mulheres, o que corresponde a 21,1% dos pedidos, portanto quase um quinto dos passaportes emitidos a partir de Lisboa para o Pará¹⁴. A maior parte das mulheres que solicitou passaporte tinha entre 20 a 24 anos, portanto estavam em plena idade ativa, predominando as solteiras (67%), seguidas das casadas (19,1%), viúvas (12,4%) e separadas (1,0%). No que diz respeito ao distrito de origem dessas mulheres,

¹¹ TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social* (Revista de Sociologia da USP), São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2004.

¹² RODRIGUES, T. A população portuguesa nos séculos XIX e XX: o acentuar das assimetrias de crescimento regional. *População e Sociedade*, Porto: Edições Afrontamento, n. 1, p. 59, 1995.

¹³ ALVES, J. F. *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Gráficas reunidas, 1994.

¹⁴ COSME, João Santos Ramalho. Quadros da Emigração portuguesa para o Pará (Brasil): 1886-1900. *Naveg@mérica: Revista electrónica editada por la Asociación Española de Americanistas*, n. 15, p. 79, 2015.

segundo Cosme, “Lisboa foi, de um modo muito destacado, o distrito com o maior número de pedidos, seguindo-se os distritos de Viseu, Leiria, Coimbra e Guarda, cifrandose os valores de Lisboa em 31,1% (quase um terço) dos pedidos femininos.”¹⁵

Em face do trabalho realizado por Cosme para o distrito de Lisboa, iniciou-se o levantamento dos passaportes do segundo principal distrito português, o Porto. Contudo, o período estendeu-se ficando entre os anos de 1834 a 1930, o que resultou em um total de 18.308 registros de passaporte que serão analisados a partir de agora.

Em relação à migração portuense, assim como ocorreu em Lisboa, a maior parte vai ser formada por homens, contudo a imigração feminina diminuta na primeira metade do século XIX vai gradativamente acentuando-se na segunda metade daquela centúria quase se aproximando da masculina entre os anos de 1910 a 1930.

Tabela 1: Razão de sexo dos imigrantes do distrito do Porto para o Pará, entre os anos de 1834-1930, por década.

Faixas etárias	Homens		Mulheres		Total	Razão de Sexo
	N	%	N	%		
1834-1840	146	0,9	3	0,2	149	4.867
1841-1850	596	3,6	6	0,3	602	9.933
1851-1860	2.386	14,5	35	1,9	2.421	6.817
1861-1870	1.283	7,8	51	2,8	1.334	2.516
1871-1880	1.576	9,6	77	4,2	1.653	2.047
1881-1890	2.414	14,6	141	7,7	2.555	1.712
1891-1900	2.643	16,0	282	15,5	2.925	937
1901-1910	3.245	19,7	348	19,1	3.593	932
1911-1920	1.458	8,8	535	29,4	1.993	273
1921-1930	740	4,5	343	18,8	1.083	216
Total	16.487	100,0	1.821	100,0	18.308	905

Fonte: Livro de registro de passaporte do Governo Civil do Porto. Acervo do Arquivo Distrital do Porto.

A presença masculina é superior em todas as décadas do levantamento, contudo, o deslocamento das mulheres apresenta uma linha crescente ao longo dos anos. Desse modo, saímos do perfil de chegada de 48 homens para cada mulher nos anos de 1834 a 1840, para 99

¹⁵ Ibid., p. 83.

Outros Tempos, vol. 17, n. 29, 2020, p. 100 - 114. ISSN: 1808-8031

homens para cada mulher entre os anos de 1841 a 1850. Essa discrepância vai ser alterada quando se aproxima o final do século XIX e início do século XX, quando se tem a chegada de 2 homens para cada uma mulher, nos anos de 1921 a 1930, por exemplo.

Esse crescimento da presença feminina também foi verificado por Cosme para os pedidos feitos a partir de Lisboa, pois em 1886, ano inicial do levantamento do autor, o percentual de mulheres em relação aos homens era de 18,18%, proporção que sobe para 30,81% em 1900, ano final do levantamento¹⁶.

Esse aumento da imigração feminina também ocorreu para São Paulo onde, a despeito da menor presença de mulheres nos deslocamentos, houve uma tendência de aumento crescente ao longo dos anos, em particular das mulheres casadas, devido ao fluxo de entrada de famílias e de reconstituição das famílias anteriormente separadas¹⁷.

Por conta da maior presença masculina no processo migratório, “as experiências migratórias femininas têm sido pouco analisadas, permanecendo a tendência à observação dos fluxos sob a perspectiva universal masculina”¹⁸. Por isso, a necessidade de quebrarmos esse silêncio e invisibilidade da presença feminina que, como diversos autores vem apontando, aumentou significativamente nas primeiras décadas do século XX¹⁹.

Analisando os motivos desse aumento, Rocha evidencia a importância da Primeira Guerra Mundial que chegou a duplicar o peso da presença feminina no fluxo migratório nos anos do conflito bélico. Segundo o autor, a Guerra contribuiu para a emancipação feminina e a inserção das mulheres em postos de trabalho melhor remunerados. Da mesma forma, a imigração para um território distante das batalhas e da crise econômica e social que assolou a Europa mostrava-se um atrativo a mais para o deslocamento²⁰.

Melo também corrobora esse aumento da presença feminina tendo como fonte os censos demográficos. Em seu trabalho, a autora aponta que a taxa de participação das mulheres portuguesas na imigração para o Brasil seguiu em um crescente, saindo de 33% em

¹⁶ Ibid., p.78.

¹⁷ MATOS, M. I. S.; TRUZZI, O.; CONCEIÇÃO, C. F. Mulheres imigrantes: presença e ocultamento (interiores de São Paulo, 1880-1930). *Revista Brasileira de Estudos e População*, v. 35, n. 3, p. 1-25, 2018. p. 3.

¹⁸ MATOS; TRUZZI; CONCEIÇÃO, op. cit., p. 3.

¹⁹ Analisando o Rio de Janeiro, Lená Menezes e Maria Izilda Matos observaram “um notável crescimento na presença da mulher no conjunto da colônia portuguesa”. MENEZES, L. M.; MATOS, M. I. S. *Gênero e imigração: Mulheres portuguesas em foco (Rio de Janeiro e São Paulo - XIX e XX)*. São Paulo: e-Manuscrito, 2017.

²⁰ ROCHA, R. A emigração do Porto para o Brasil durante a primeira guerra mundial (1914-1918). In: SOUSA, F. et. al. *Um passaporte para a terra prometida*. Porto: Fronteira do Caos, CEPES, 2011. p. 262.

1920, para 39% em 1950.²¹ Desse modo, observa-se que esse foi um movimento não apenas verificado para o Pará, mas para diversos estados brasileiros, evidenciando a significativa presença feminina na imigração.

Uma vez destacado o fluxo, cabe analisar o perfil das mulheres que migravam no que diz respeito à idade, à origem e ao estado civil.

Tabela 2: Idade em faixas quinquenais dos imigrantes de Portugal para o Pará de 1834 a 1930 nos passaportes totais

Faixas etárias	Homens	Mulheres	Total	%
0-4	5	3	8	0,0%
5-9	69	24	93	0,4%
10-14	2100	76	2176	11,5%
15-19	1510	153	1663	8,2%
20-24	2805	336	3141	15,3%
25-29	2724	336	3060	14,9%
30-34	2360	328	2688	12,9%
35-39	1886	203	2089	10,3%
40-44	1250	1 48	1398	6,8%
45-49	866	88	954	4,7%
50-54	482	47	529	2,6%
55-59	271	47	318	1,5%
60-64	91	16	107	0,5%
65-69	43	8	51	0,2%
70-74	18	2	20	0,1%
75-79	2	3	5	0,0%
80/+	2	1	3	0,0%
Indeterminada	3	2	5	0,0%

²¹ MELO, Hildete Pereira. A imigração portuguesa no Brasil: um olhar regional e de gênero nos censos populacionais de 1920 a 1950. In: MOURÃO, Alda; GOMES, Ângela de Castro. *A experiência da primeira república no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011. p. 402.

TOTAL	16487	1821	18308	100%
--------------	-------	------	-------	------

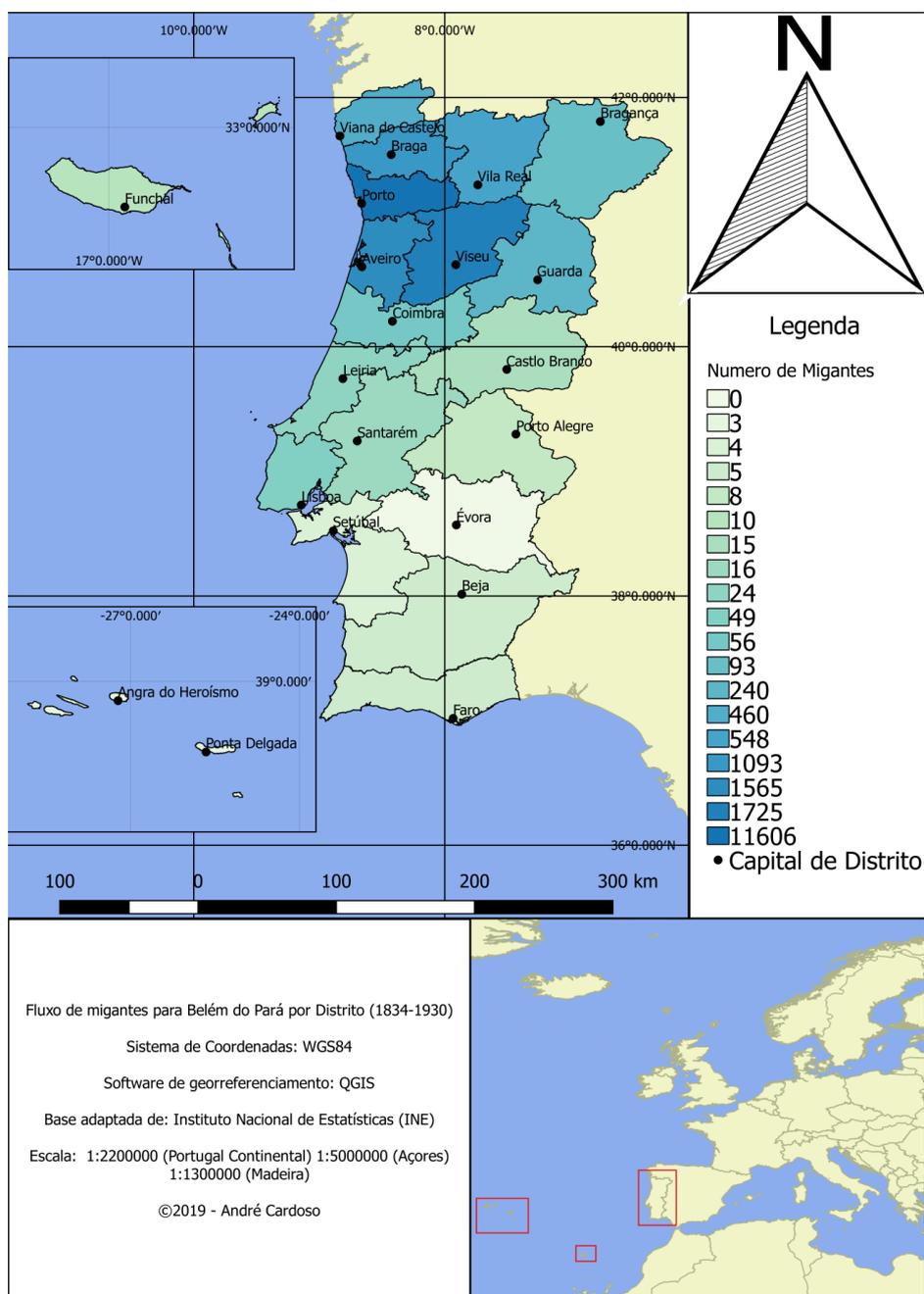
Fonte: Livro de registo de passaporte do Governo Civil do Porto.
Acervo do Arquivo Distrital do Porto

Entre as mulheres que solicitaram passaporte no Porto, a maioria estava na faixa etária entre 20 a 24 anos de idade, coincidindo com o perfil encontrado por Cosme para Lisboa. Elas eram seguidas de perto daquelas que se encontravam entre 25 a 34 anos. As meninas também estavam presentes de forma expressiva correspondendo a 11,5% dos registos. A partir dos 39 anos de idade há uma queda gradativa no número de mulheres que solicitavam passaporte para se deslocar ao Pará.

A maior parte dessas mulheres pertencia ao distrito²² do Porto, contudo, um número expressivo delas era originária também dos distritos de Aveiro, Braga, Guarda, Viana do Castelo, Viseu e Vila Real, evidenciando aquilo que falávamos sobre a mobilidade interna existente em Portugal entre os diferentes distritos. Isso significa dizer que essas mulheres já haviam saído de seus locais de origem para o Distrito do Porto, tendo lá vivido antes de se deslocarem para o Pará. Isto porque, segundo a legislação, desde 1835 os passaportes eram expedidos pelos governos distritais e apenas aqueles nascidos no distrito ou que lá viviam há pelo menos 6 meses podiam solicitar passaporte²³.

²² Portugal foi dividido em distritos, concelhos e freguesias. SILVA, Henrique Dias da. Reformas administrativas em Portugal desde o século XIX. *Jurismat*, Portimão, n. 1, p. 65-97, 2012. Vale ressaltar que os concelhos correspondem ao que seriam os municípios brasileiros.

²³ ALVES, J. F. Lógicas migratórias no porto oitocentista: emigração/imigração em Portugal. In: SILVA, M. B. Nizza da (org.). *Actas do colóquio internacional sobre emigração/imigração em Portugal (sec XIX-XX)*. Porto: Fragmentos, 1993. p. 87-97.



Em relação ao estado civil, verifica-se que na primeira metade do século XIX havia um equilíbrio entre o número de mulheres solteiras e casadas, com uma pequena vantagem das últimas. Esse perfil vai ser alterado com a expansão da economia da borracha na segunda metade do século XX, mas exatamente a partir da década de 1870, quando o número de mulheres solteiras toma a frente em relação às casadas, passando a ser superior até os anos de 1920, quando volta a cair. Nesse sentido, o perfil de predominância de mulheres

solteiras ao final do século XIX, encontrado por Cosme a partir dos passaportes Lisboetas, também se manteve no levantamento para o Porto.

Tabela 3: Fluxo de mulheres por estado civil (15+) pelas décadas de 1834 a 1930 e porcentagem por década

Anos	Solteira	Casada	Viúva	Divorciada
1834-1840	1 (33%)	2 (67%)	0 (0%)	0 (0%)
1841-1850	1 (17%)	5 (83%)	0 (0%)	0 (0%)
1851-1860	13 (38%)	18 (53%)	3 (9%)	0 (0%)
1861-1870	15 (30%)	27 (54%)	8 (16%)	0 (0%)
1871-1880	33 (46%)	31 (44%)	7 (10%)	0 (0%)
1881-1890	71 (53%)	54 (40%)	9 (7%)	0 (0%)
1891-1900	119 (44%)	112 (42%)	38 (14%)	0 (0%)
1901-1910	153 (46%)	150 (45%)	29 (9%)	0 (0%)
1911-1920	243 (49%)	216 (44%)	32 (6%)	2 (0%)
1921-1930	125 (40%)	169 (55%)	12 (4%)	3 (1%)
TOTAL	774 (46%)	784 (46%)	138 (8%)	(0%)

Fonte: Livro de registro de passaporte do Governo Civil do Porto.
Acervo do Arquivo Distrital do Porto

A queda no número de mulheres casadas aponta para a existência de uma imigração menos familiar das mulheres, que se deslocavam sozinhas ou com seus filhos, sem a presença de parentes ou cônjuges, buscando novas perspectivas de trabalho e renda, ainda mais se pensarmos que a maior parte delas migrava em idade produtiva e jovem.

Contudo, a despeito da oscilação, os percentuais de mulheres solteiras e casadas tendem a manter um certo equilíbrio. Esse mesmo perfil foi encontrado a partir dos dados do censo de 1920 onde se observa que o número de casadas (46%) é apenas ligeiramente superior ao de solteiras (41%)²⁴.

Imigração, Gênero e Agência Feminina

²⁴ Esse dado será melhor abordado no capítulo sobre *População e casamento: naturalidade, alianças e legitimidade*, que será visto na segunda parte deste trabalho.

Do que foi até o momento apresentado, uma questão chama atenção. A despeito do aumento da presença feminina na imigração como já salientada, como entender o fato das mulheres sempre estarem em menor número nos deslocamentos quando comparado aos homens? Há algumas questões que nos ajudam a pensar esse processo. Uma delas está associada ao interesse do governo português em manter as famílias separadas garantido desse modo o envio das remessas de dinheiro do imigrante para a família que ficava em Portugal, movimentando e estimulando a economia portuguesa em crise.

Contudo, devemos somar às explicações de caráter econômico as questões associadas à assimetria de gênero. Assim, a representação em torno da mulher solteira que migrava era carregada de conotação negativa, sendo-lhe atribuída a imagem de mulher de vida fácil e desregrada. Essas representações tornavam-se um obstáculo para um futuro casamento. Ao mesmo tempo, pesava negativamente para a família a migração de uma filha, pois era sinal de pobreza dos pais ter que chegar a tal expediente. Com isso, como destaca a pesquisa de Brettell, aquelas famílias com um pouco mais de recurso procuravam evitar a migração de suas filhas²⁵.

Na perspectiva de olhar a partir do gênero, em uma primeira abordagem, observa-se também que as referências relativas às mulheres são bastante incompletas nos passaportes. Assim, as informações que se referem às atividades por elas exercidas estavam quase sempre em branco ou subsumidas sob a expressão *serviços domésticos*. Os ofícios femininos muitas vezes associados às atividades domésticas, embora exijam um saber e uma técnica, nem sempre são socialmente reconhecidos, como se fossem prolongamento natural do feminino, numa clara assimetria de gênero²⁶.

Não apenas a profissão, mas a presença feminina também é subsumida nessa documentação. Muitas vezes nos passaportes individuais, pertencentes aos homens, cabeça de casal, vinha citada a presença de acompanhantes, em geral suas esposas e filhos. Este dado dos acompanhantes é fundamental para pensar a imigração portuguesa à medida que ele aumenta não apenas o fluxo de pessoas que migravam, mas o perfil desse fluxo, pois a maior

²⁵ BRETTELL, Caroline. *Homens que partem, mulheres que esperam*. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

²⁶ MATOS, Maria Izilda S. de. Da invisibilidade ao gênero: percursos e possibilidades. *Revista Margens*, São Paulo, n. 15, p.237-252, jun. 2002; MATOS, Maria Izilda S. de. Por mãos femininas: O trabalho feminino em domicílio. In: MATOS, Maria Izilda S. de. *Cotidiano e poder: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. p.87-114; MENEZES, Lená Medeiros; MATOS, Maria Izilda S. de. *Gênero e imigração: mulheres portuguesas em foco* (Rio de Janeiro e São Paulo - XIX e XX). *E-book*, 2017.

Outros Tempos, vol. 17, n. 29, 2020, p. 100 - 114. ISSN: 1808-8031

parte dos acompanhantes era formada por mulheres e crianças. Desse modo, 1.205 mulheres foram encontradas na condição de acompanhante, portanto não eram as titulares dos passaportes. Por vezes, o nome das mulheres era citado, mas não se especificava a relação dela com o titular do passaporte. Nos documentos em que essa informação era registrada, pôde-se computar que a maior parte era formada por esposas (544) e filhas (552). Na sequência, tínhamos as irmãs (20), seguidas de enteadas (5), criadas (9), sobrinhas (3), netas (3), cunhadas (3) e tia (1).

Em relação aos homens é importante frisar que nenhum esposo foi registrado como acompanhante, o que não causa surpresa quando se sabe que a legislação era marcada pela expressiva assimetria de gênero, onde uma mulher para viajar precisava da autorização explícita do marido, como se vê no Regulamento de 7 de Abril de 1863 no qual se estabelecia que, “para a obtenção do passaporte, os menores necessitavam do consentimento dos pais, as mulheres casadas dependiam dos maridos e os funcionários dos seus superiores hierárquicos”²⁷.

Mesmo assim, os homens apareceram como acompanhantes num total de 872 indivíduos, a maior parte deles formada pelos filhos que somaram 787 indivíduos. Na sequência, aparecem os irmãos (53), sobrinhos (9), netos (4), enteados (3) e criados (2).

O dado relativo aos acompanhantes elucida o fato de as mulheres serem englobadas nos passaportes masculinos, invisibilizadas por um sub-registro de sua presença corroborada por uma legislação marcada pelas assimetrias de gênero.

Contudo, mesmo “quase sempre silenciadas, as mulheres – partissem ou não – eram atuantes nos processos de deslocamento”²⁸. Assim, para além das possíveis dificuldades e representações negativas em torno da mulher imigrante, muitas vezes solteira e com filho, elas se fizeram presentes no processo de imigração. Ao ampliar a documentação, conseguimos alcançar a prática das mulheres, perceber sua agência e presença²⁹.

Nas habilitações consulares, que são livros de registro de imigrantes mantidos pelos consulados portugueses no Brasil, encontrei o deslocamento de irmãs para o Pará, em anos distintos, e que vinham para atuar como criadas. Situações como a de Alda da Silva Gonçalves, que chegou ao Pará, solteira, com 18 anos de idade e foi trabalhar como

²⁷ LEITE, Joaquim da Costa Leite. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 4.

²⁸ MATOS; TRUZZI; CONCEIÇÃO, op. cit., p. 4.

²⁹ MENEZES; MATOS, op. cit.

Outros Tempos, vol. 17, n. 29, 2020, p. 100 - 114. ISSN: 1808-8031

doméstica, no ano de 1906. Sua irmã mais velha, Eloisa da Purificação da Silva Gonçalves, chegou ao Pará alguns anos depois, em 1917, em plena Primeira Guerra Mundial, com a idade de 35 anos, também solteira. Ambas eram domésticas e foram morar na rua de São Mateus, em Belém. Ou mesmo, Deolinda Fernandes, também do distrito de Braga, da freguesia de Celórico de Bastos, que no ano de 1914 trabalhou como criada, quando tinha 16 anos de idade. Sua irmã, Tereza de Jesus Fernandes, um pouco mais velha, com 19 anos, chegou ao Pará no mesmo ano e morava na mesma casa da irmã. As mulheres acima não eram oriundas do distrito de Lisboa, nem do Porto, mas de Braga, no entanto, muitas mulheres desse distrito saíram daquelas cidades em direção ao Brasil.

A imigração não necessariamente era uma via de mão única, pontuada por apenas uma viagem. Muitas vezes, um mesmo indivíduo atravessava por diversas vezes o Atlântico. Fosse para resolver questões familiares, fiscalizar o negócio deixado na responsabilidade de outrem, ou mesmo, por férias, lazer e questões familiares. Dos 18.308 portugueses que solicitaram passaporte no distrito do Porto, 1.568 pessoas o fizeram duas ou mais vezes, o que corresponde a 8,5% dos documentos expedidos. Pessoas que viajaram, duas, três, seis e até nove vezes para o Brasil. Esse comportamento também foi verificado por Cosme no levantamento feito para Lisboa onde constatou que “11,6% dos pedidos são renovações efetuadas por emigrantes que, anteriormente, já tinham requerido o seu passaporte no Governo Civil de Lisboa”, o que o autor denominou de migração pendular³⁰.

Nos passaportes do Porto, encontramos diversas mulheres que realizaram a travessia por mais de uma vez, e elas não eram necessariamente mulheres com posse. Esse é o caso da costureira, Carina Augusta Esteve, viúva, que viajou para o Pará com 42 e 43 anos de idade, no ano de 1921 e 1922, respectivamente³¹. Carina era viúva e viajava com sua filha também chamada Carina, de 16 anos, na data do primeiro registro de 1921. Ou mesmo, a lavadeira, Eduarda Isabel, também viúva, viajou para o Pará 40, 42 e 43 anos de idade.³² No documento consular ela foi isenta de pagamento em função de ser pobre e viúva. Dentre as que aparecem com um número maior de viagens, está a costureira, Ema da Piedade Simões,

³⁰ COSME, op. cit., p. 77.

³¹ BIBLIOTECA GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS. Livro de habilitação consular, inscrição 1057; 2103 e 2384. Anos 1921 e 1922.

³² BIBLIOTECA GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS. Livro de habilitação consular, inscrição 2619; 928 e 1388. Anos 1921, 1923 e 1924.

Outros Tempos, vol. 17, n. 29, 2020, p. 100 - 114. ISSN: 1808-8031

com 6 registros³³. Ela tinha 6 filhos, a mais velha com 18 anos e a mais nova 10 anos. Chegou ao Brasil pela primeira vez com 34 anos de idade. Nos primeiros registros de passaporte aparecia na condição de casada, no entanto, a partir do registro do ano de 1928, aparece como divorciada, com 42 anos de idade, residindo em Belém, capital do estado.

Pode-se associar as inúmeras viagens dessas mulheres entre Portugal e Brasil à permanência da família no lugar de origem, às questões relacionadas à doença e à saúde, sua ou de parentes, às celebrações familiares como batizados, casamentos, ou mesmo, falecimentos, além da tentativa de angariar renda e trabalho cíclicos nos dois espaços de deslocamento. Por sua vez, contribuía para esse trânsito, o fato de que no final da segunda metade do século XIX e início do XX, junto às antigas barcas movidas à vela, começavam a circular nas águas do Atlântico com mais regularidade os velozes vapores, diminuindo o tempo da viagem que deixava de ocorrer em meses e passava a ocorrer em cerca de vinte dias, não dependendo da velocidade dos ventos. Desse modo, a reemigração vai se tornar uma prática comum aos imigrantes portugueses e estende-se para todo o Brasil, como nos lembra Alves:

Mas poderá reduzir-se o movimento da emigração a este jogo da partida e do retorno, não é ele, em grande parte, falacioso? Com efeito, se introduzirmos a questão de os “desembarcados” não constituírem apenas emigrantes em retorno definitivo, mas incluam também emigrantes em trânsito, ou seja, indivíduos que vêm à terra visitar a família, tratar de negócios ou, simplesmente, com a ideia de ficar mas a quem a reintegração se torna difícil, voltando a embarcar posteriormente, ou ainda os que se fixam para voltar a sentir a necessidade de partir mais tarde, a questão matiza-se um pouco³⁴.

Uma vez retornados, os imigrantes deveriam fazer novamente sua inscrição no Consulado Português do Pará. Entretanto, muitos não faziam o registro por causa do custo, além do fato de que o Consulado não tinha estrutura ampla para manter o controle e a fiscalização sobre os imigrantes, não tendo como penalizar aqueles que não realizassem o registro. Ao desembarcar no Porto de Belém, os imigrantes tinham até seis meses para efetivar a inscrição, no entanto, muitos não o faziam e o Consulado perdia seus rastros³⁵. Ao fazer o registro fora do prazo, o indivíduo pagava multa, contudo, alguns deles alegavam

³³ BIBLIOTECA GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS. Livro de habilitação consular, inscrição 8666; 239, 2730, 2947, 586, 685. Anos 1920, 1922, 1922, 1924, 1927 e 1928.

³⁴ ALVES, Jorge. *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Faculdade de Letras da UP, 1993. p. 303.

³⁵ CANCELA, C. D.; COSME, J. R.. Entre fluxos, fontes e trajetórias: imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920). *Revista Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 232-254, jan./abr. 2016.

Outros Tempos, vol. 17, n. 29, 2020, p. 100 - 114. ISSN: 1808-8031

pobreza e ficavam isentos. Essa foi a situação da lavadeira Izabel, acima referida. Mas tantas outras se encontravam nessa situação, eram cozinheiras, lavadeiras, serviçais e domésticas.

Uma vez em Belém, aquelas que eram solteiras casavam-se, em sua grande parte, com seus conterrâneos, num padrão de casamento endogâmico. Em relação aos homens esse padrão modifica-se. A maior parte dos homens portugueses casou-se com mulheres brasileiras, com destaque para as paraenses e nordestinas³⁶. Ao casar-se, essas mulheres estabeleciam novas formas de sociabilidade no local de destino, ampliando e redimensionando suas redes de sociabilidade em terras paraenses.

Algumas delas vão tornar-se proprietárias de bens e angariar alguma fortuna, como é o caso de Maria Emilia dos Santos, que possuía 4 casas quando faleceu no ano de 1917, deixando um esposo³⁷. Ou ainda, a proprietária e comerciante Gracinda Pires Mourão, nascida em Aveiro, que possuía 5 casas e faleceu no ano de 1930, solteira³⁸. Algumas delas, além de casas, possuíam terras, como Joana Lopes de Castro Barros, natural do Porto e proprietária de um sítio e 3 casas³⁹.

Considerações finais

Os estudos que levam em conta a perspectiva de gênero ajudam-nos a ter uma análise mais densa do social, à medida que partem do olhar relacional entre masculinidades e feminilidades construídas em relações assimétricas de poder.⁴⁰ Menos do que pontuar que o percentual de mulheres lusas que migram é inferior ao masculino, procuramos evidenciar a crescente presença dessas mulheres nesses deslocamentos. E, ainda, a despeito das representações negativas sobre a imigração feminina portuguesa, elas sempre estiveram presentes, com ou sem filhos, solteiras, casadas, viúvas ou divorciadas, mulheres que redimensionaram suas vidas e suas redes sociais a partir da imigração, a despeito das representações negativas e dos estigmas.

³⁶ CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em Belém*. Belém: Editora Açai, 2011. p.153.

³⁷ CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA. Auto de Inventário. Cartório Fabiliano Lobato, 11 Vara Cível, ano 1917.

³⁸ CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA. Auto de Inventário. Cartório Fabiliano Lobato, 11 Vara Cível, ano 1930.

³⁹ CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA. Auto de Inventário. Cartório Fabiliano Lobato, 11 Vara Cível, ano 1886.

⁴⁰ SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise histórica. *Coleção Educação e Realidade*, v. 2 n. 20, jul./dez. 1995.